

# A sociedade mudou

Com os senões já registrados, como o **acordão** PT-República do Maranhão para livrar das investigações os deputados Miguel Arraes e Roseana Sarney e a ação das "tropas de choque" para tentar salvar alguns parlamentares do pedido de cassação do mandato, todos os elogios que estão sendo feitos ao Congresso Nacional pelo trabalho — até aqui eficiente — de apuração das denúncias de corrupção e preparação da punição dos culpados são absolutamente merecidos. É bom lembrar que as corporações burocráticas — no Brasil ou em qualquer lugar do mundo — não costumam ser rigorosas e exigentes quando se trata de apurar desvios de comportamentos de seus próprios membros. Na Itália, por exemplo, a famosa Operação Mãos Limpas, tão decantada aqui, não foi uma iniciativa nem da classe política e dos partidos, nem do Legislativo, mas de um grupo de corajosos juizes.

Entretanto, se o Congresso brasileiro, a partir das denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos, conseguiu vencer, ainda que não totalmente, o tradicional **sprit de corps** de seus membros, e ao cabo de 90 dias de intensas investigações da CPI do Orçamento produziu um relatório que coloca 18 deputados e senadores praticamente fora de seus quadros e da vida política por um bom tempo, ele não o fez por livre e espontânea vontade, por assim dizer. O Congresso agiu tão destemidamente quase que forçado, porque, em nome da sobrevivência dos parlamentares que não se envolveram diretamente nas falcaturas do Orçamento e em nome de sua própria sobrevivência como instituição, não lhe restava outra coisa a fazer. Era isso ou era a desmoralização total da classe política — que há muitos anos não tem uma boa imagem junto à opinião pública nacional — e do Legislativo. E, conseqüentemente, da democracia no Brasil.

Em outras palavras, o Congresso mudou, ou está mudando, porque, como observou o deputado Roberto Magalhães na leitura do seu relatório, a sociedade brasileira, que ele deve representar, mudou antes dele, profunda e rapidamente, a partir da restauração das liberdades políticas, numa demonstração insofismável de sua aptidão natural para a prática da democracia. Foi a sociedade civil que, compreendendo rapidamente que a democracia não se esgota no simples exercício do direito de votar, por meio da imprensa, da televisão e das rádios e das manifestações de rua, impôs aos políticos brasileiros essa reforma de costumes que se iniciou com a CPI do PC, continuou com a CPI do Orçamento e terá de se ampliar e aprofundar por meio de tantas outras CPIs quantas forem necessárias.

É bom que os senhores congressistas em particular e a classe política em geral tenham consciência disso,

para que o bom — ainda que imperfeito, incompleto — trabalho da CPI do Orçamento não se perca. E não só para garantir a punição dos culpados apontados pelo relatório da CPI e outros que as investigações complementares sugeridas no relatório de Roberto Magalhães incriminarem, evitando que conchavos como o que salvou Arraes e Roseana salvem outras cabeças. Mas também para assegurar que esse processo de moralização da vida pública, de mudanças nos costumes políticos do País, não parará na punição de 18, 20 ou 25 deputados e senadores.

Desde o início da CPI do Orçamento vimos dizendo, nesta página, em seguidos editoriais, que o menos importante no processo que se iniciara, na verdade, com a CPI do PC e ganhara força na CPI da Corrupção seria a indicação e a punição dos culpados, embora isso fosse, no caso de Collor, e continue sendo agora, no caso dos "anões" e seus associados, absolutamente imprescindível. O importante, o relevante, o vital, é fechar todas as torneiras, todas as brechas que permitem o tráfico de influência, a cobrança de propinas, os desvios de verbas, como os que foram exaustivamente comprovados tanto nas apurações das denúncias contra PC-Collor quanto nas apurações das falcaturas no Orçamento. É preciso transformar em leis, normas e regulamentos, o mais rapidamente possível, as sugestões de mudanças nas relações Congresso-Executivo apresentadas pelo relator Roberto Magalhães e incorporar outras sugestões que já haviam sido apresentadas pelo senador Amir Lando no relatório da CPI do PC e alterar a legislação eleitoral e partidária para tornar os congressistas mais responsáveis junto à população por seus atos.

Só isso, porém, não basta. O que a CPI da Corrupção mostrou — como antes havia mostrado a CPI do PC e já estavam cansados de saber os brasileiros que acompanhavam com atenção a vida política e administrativa do País — é que o nosso grande problema — o único problema, aliás, a origem de todos esses males — está no Estado brasileiro, no seu tamanho, nas relações promíscuas que ele estabeleceu com a classe política e com uma parte, ainda que pequena, dos empresários nacionais. É evidente que, se não houvesse verbas assistenciais, verbas a fundo perdido, obras a rodo a distribuir, se o Estado não fosse responsável por quase 70% da economia nacional, nada disso que as CPIs do PC e do Orçamento investigaram teria acontecido.

Portanto, o maior serviço que o Congresso Nacional pode prestar ao Brasil e a si próprio agora é, aproveitando a revisão constitucional, reduzir o tamanho do Estado brasileiro e diminuir sua participação e influência na vida política, econômica e social do País.